

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.052.856 - SP (2017/0026555-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - SP140055
LEDA APARECIDA ROCHA MARTINS E OUTRO(S) -
SP381016
AGRAVADO : RICARDO JANUARIO DA SILVA
ADVOGADO : SANDRA URSO MASCARENHAS ALVES E OUTRO(S) -
SP221908

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITE DE 30% (TRINTA POR CENTO) DOS VENCIMENTOS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO BANCO DO BRASIL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A., com base no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado:

CERCEAMENTO DE DEFESA - Inocorrência - Contratos de empréstimos consignados - Possibilidade de o julgador reconhecer a ilegalidade das cláusulas abusivas, sem se ater necessariamente à perícia contábil - PRELIMINAR REJEITADA.

DESCONTO DE PARCELA DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - É possível o desconto de parcelas de empréstimo consignado, se e quando perdurar a anuência do cliente consumidor - Os descontos em folha de pagamento ou na conta corrente na qual são creditados os proventos recebidos pelo titular devem ser limitados a 30% do total dos rendimentos auferidos - Lei 10.820/03 que deve ser aplicada por analogia - Questão ligada a direitos sociais, de natureza alimentar, uma vez que concernentes aos ganhos mensais do trabalhador e do aposentado, que estão amparados no art. T, X, da CF e art. 649, IV, do CPC - Tratando-se de contrato de consumo, o princípio pacta sunt servanda deve ser flexibilizado - RECURSO DO RÉU DESPROVIDO.

CONTRATO BANCÁRIO - JUROS REMUNERATÓRIOS - As instituições financeiras podem cobrar juros remuneratórios livremente, não se submetendo aos limites do Decreto 22.626/33 - Assim, não há respaldo legal para a fixação da taxa em 1% ao mês - Taxa de juros remuneratórios que deve ser previamente informada (arts. 46 e 52, CDC) - Não havendo prévia informação, prevalece a taxa média de mercado nas operações da espécie,

Superior Tribunal de Justiça

divulgada pelo Bacen, exceto se a efetivamente cobrada for mais proveitosa para o cliente - Orientação firmada pelo STJ, ao aplicar a Lei de Recursos Repetitivos - RECURSO ADESIVO DO AUTOR DESPROVIDO (fls. 350).

2. Nas razões de seu Apelo Nobre, a parte recorrente aponta violação dos arts. 6o. do Decreto-Lei 4.657/1942, 4o., VI, VIII, IX da Lei 4.595/1964, 5o. da Medida Provisória 2.170-36/2001, 315, 386, 422, 586 do CC, 20, §4o., 21 do CPC, Lei 10.820/2003, ao argumento, em suma, de que o limite dos descontos das parcelas de empréstimo consignado e debitados em conta corrente pode ser superior a 30% do rendimento. Aduz que não é razoável a fixação de honorários em patamares tão elevados.

3. É o relatório.

4. Verifica-se, quanto ao mérito, que, de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, os descontos na folha de pagamento de Servidor Público devem ser limitados a 30% (trinta por cento) de sua remuneração, em função do princípio da razoabilidade e do caráter alimentar dos vencimentos.

5. Corroborando tal entendimento, destacam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITE DE 30% DOS VENCIMENTOS. MATÉRIA PACIFICADA. AGRAVO INTERNO DO BANCO BMG S/A A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *No tocante aos empréstimos consignados, esta Corte pacificou o entendimento de que a autorização para o desconto na folha de pagamento de prestação de empréstimo contratado não constitui cláusula abusiva, porquanto se trata de circunstância que facilita a obtenção do crédito com condições mais vantajosas, contanto que a soma mensal das prestações destinadas ao desconto dos empréstimos realizados não ultrapasse 30% dos vencimentos do trabalho, em função do princípio da razoabilidade e do caráter alimentar dos vencimentos.*

2. *Não há que se falar em violação às Súmulas 5 e 7/STJ, na análise de tal controvérsia, uma vez que não se faz necessário reexame da prova dos autos ou do contrato bancário para o provimento do Recurso Especial, tratando-se apenas de aplicação do entendimento sedimentado nesta Corte.*

3. *Agravo Interno do BANCO BMG S/A a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 194.810/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.2.2017).*

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DESCONTOS DE EMPRÉSTIMO EM FOLHA. LIMITAÇÃO A 30% DOS DESCONTOS CONSIGNADOS DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. NORMATIZAÇÃO FEDERAL QUE NÃO COLIDE COM A NORMA ESTADUAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. *É válida a cláusula que autoriza o desconto em folha de pagamento da prestação de empréstimo contratado, desde que não ultrapasse o limite de 30% do salário bruto do devedor, excluídos os valores relativos ao imposto de renda e fundo previdenciário.*

2. *Não há antinomia entre a norma estadual e a regra federal, pois os artigos 2o., § 2o., I, da Lei 10.820/2003; 45 da Lei 8.112/90 e 8o. o Decreto 6.386/2008, impõem limitação ao percentual de 30% apenas à soma das consignações facultativas (REsp 1.169.334/RS, Quarta Turma, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 29.9.2011).*

3. *Agravo regimental desprovido. (AgRg no RMS 30.821/RS, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 4.2.2014)*

2 2 2

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITAÇÃO. 30% DOS VENCIMENTOS.

1. *Diferentemente do que alega a União, não se discute, no caso, cancelamento de amortização de empréstimo, mas redução do percentual descontado com o objetivo de adequar-se aos limites legalmente estabelecidos.*

2. *Nada obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de limitar a quantia descontada ao percentual de 30% da remuneração ou proventos. Precedentes.*

3. *O acórdão recorrido limitou o valor das consignações em 40%. Entretanto, esta Corte tem reduzido esse percentual para 30% dos vencimentos do servidor, em razão da natureza alimentar do*

Superior Tribunal de Justiça

salário e do princípio da razoabilidade. Todavia, para não incidir na reformatio in pejus, mantém-se o aresto impugnado.

4. *Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1.425.860/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 12.3.2012).*

6. É inviável a análise do pedido de diminuição da condenação em honorários advocatícios, uma vez que a revisão dos critérios e dos valores relativos à sucumbência resulta em reexame necessário de matéria fático-probatória, sendo, portanto, insuscetível de reapreciação em sede de Recurso Especial, por incidência do enunciado da Súmula 7 desta Corte. Citem-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. AUSÊNCIA DE VALOR IRRISÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. *É firme a jurisprudência do STJ no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério de justiça e razoabilidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, por depender tal providência da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ. Excetuem-se, contudo, as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie.*

2. *In casu, segundo consignado no acórdão recorrido, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) arbitrados a título de honorários advocatícios pelo juízo de primeiro grau, obedece ao critério de equidade, uma vez que o recorrido compareceu aos autos somente para reconhecer a procedência do valor apontado nos embargos. Portanto, tal valor não se revela ínfimo, tal como alegado pelo recorrente.*

3. *Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1.391.248/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21.6.2011).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DOS ARTS. 544, § 3o., do CPC, 34, VII, e 254, I, do RISTJ. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR JUSTIFICADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM E NÃO CONSIDERADO EXORBITANTE OU IRRISÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

O relator está autorizado a julgar monocraticamente o mérito do recurso especial nos autos do agravo de instrumento, nos termos dos arts. 544, § 3o., do CPC, 34, VII, e 254, I, do RISTJ, sem que haja necessidade ou obrigatoriedade de se converter o agravo de instrumento em recurso especial.

Os honorários advocatícios arbitrados nas situações previstas pelo art. 20, § 4o., do CPC só podem ser modificados quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, sobretudo tendo o Tribunal de origem, como no caso, fixado o seu valor tendo em vista as especificidades da causa. Nesse contexto, sua revisão implicaria o reexame de matéria de ordem fático-probatória, insuscetível de ser apreciada na via especial, ex vi do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 1.378.821/SP, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 16.6.2011).

7. Ante ao exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do BANCO DO BRASIL S.A., nos termos da fundamentação.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR